

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.573.469 - PR (2019/0256743-0)

RELATOR : **MINISTRO ANTONIO CARLOS FERREIRA**
AGRAVANTE : OI S.A
ADVOGADOS : ALEXANDRE JOSÉ GARCIA DE SOUZA - PR056111
ROBERTA CARVALHO DE ROSIS - PR038080
FÁBIO HENRIQUE GARCIA DE SOUZA E OUTRO(S) - PR056466
KARIME MONASTIER FARAH - PR024767
AGRAVADO : WLADIMIR FRANCO DE SOUZA
ADVOGADO : GLAUCO HUMBERTO BORK - PR042746

DECISÃO

Trata-se de agravo (CPC/2015, art. 1.042) interposto contra decisão que não admitiu o recurso especial em virtude da inexistência de ofensa ao art. 1.022 do CPC/2015 (e-STJ fls. 205/206).

O acórdão recorrido possui a seguinte ementa (e-STJ fls. 109/110):

CUMPRIMENTO DE SENTENÇA. AGRAVO INTERNO. ANÁLISE EM CONCOMITÂNCIA COM O RECURSO DE AGRAVO DE INSTRUMENTO. RECURSO PREJUDICADO. AGRAVO DE INSTRUMENTO. CUMPRIMENTO DE SENTENÇA. AÇÃO DE TELEFONIA. ADIMPLEMENTO CONTRATUAL. LAUDO PERICIAL. INSURGÊNCIA EM RELAÇÃO AOS CÁLCULOS REALIZADOS PELO PERITO. VALOR PATRIMONIAL DA AÇÃO. BALANCETE PUBLICADO EM PERIODICIDADE TRIMESTRAL NA ÉPOCA (1991). COMPANHIA QUE NÃO ELABORAVA BALANCETES MENSAIS, APENAS TRIMESTRAIS. PERÍCIA QUE PROJETOUS OS MESES INTERMEDIÁRIOS COM BASE NA VARIAÇÃO APRESENTADA NO TRIMESTRE E CHEGOU AO VALOR DO MÊS DA INTEGRALIZAÇÃO DAS AÇÕES. POSSIBILIDADE. INSURGÊNCIA, NESTE PONTO, AFASTADA. TRANSFORMAÇÕES ACIONÁRIAS. SENTENÇA, JÁ TRANSITADA EM JULGADO, QUE NÃO PROFERIU QUALQUER COMANDO NESSE SENTIDO. IMPOSSIBILIDADE DE DISCUSSÃO EM RAZÃO DE OFENSA A COISA JULGADA. CORREÇÃO MONETÁRIA. INSURGÊNCIA QUANTO A DATA DE INÍCIO. SENTENÇA QUE ESTIPULOU A INCIDÊNCIA A PARTIR DO MOMENTO EM QUE AS AÇÕES DEVERIAM TER SIDO SUBSCRITAS. IMPOSSIBILIDADE DE MODIFICAÇÃO DO ENTENDIMENTO, SOB PENA DE OFENSA A COISA JULGADA. AGRAVO INTERNO PREJUDICADO. AGRAVO DE INSTRUMENTO CONHECIDO E DESPROVIDO. (grifos no original.)

Os embargos declaratórios foram rejeitados (e-STJ fls. 152/164).

No especial (e-STJ fls. 173/189), interposto com base no art. 105, III, "a", da CF, a recorrente apontou violação do art. 1.022, II, do CPC/2015, sustentando omissão no acórdão recorrido quanto aos seguintes temas: (a) valor patrimonial da ação por inobservância da Súmula n. 371/STJ, (b) equívoco no procedimento utilizado para a apuração das transformações acionárias, (c) erro no valor adotado para a cotação das ações na data do trânsito em julgado e (d) inexistência de valores relativos aos rendimentos.

No agravo (e-STJ fls. 214/228), afirma a presença de todos os requisitos de

admissibilidade do especial.

Não foi apresentada contraminuta (e-STJ fl. 238).

É o relatório.

Decido.

Correta a decisão de inadmissibilidade do recurso especial.

O Tribunal *a quo* decidiu a matéria controvertida de maneira fundamentada, ainda que contrariamente aos interesses da parte, conforme se extrai do acórdão impugnado (e-STJ fls. 115/120):

O agravante se insurge, alegando, primeiramente, que o cálculo realizado pelo perito judicial levou em conta o Valor Patrimonial da Ação do **trimestre** relativo à data da assinatura do contrato, o que estaria incorreto. A justificativa utilizada pelo perito foi a de que a empresa não divulgou o VPA relativo ao mês de maio do ano de 1991, pois na época os referidos valores eram divulgados a cada trimestre. Assim, relatou ter sido realizada pela perícia a apuração da variação mensal naquele trimestre, tendo apropriado a variação da correção até o momento da integralização do capital, em maio de 1991. Argumento este que foi acolhido pela decisão que homologou o laudo pericial: *"de sorte que o valor de Cz\$11,902 corresponde à projeção realizada com base na variação mensal do VPA, de 18,069% em perfeita consonância com a determinação de que o VPA deveria ser apurado com base no mês da integralização"*.

Neste sentido, verifica-se ter agido com acerto o perito. Isto porque, de acordo com precedentes desta própria Câmara, para a preservação do equilíbrio contratual, o ideal seria calcular o VPA com base no balancete do mês da integralização, a fim de tomar real a noção de quantas ações o contratante conseguiria comprar naquele determinado momento com determinado montante.

Todavia, o perito justifica que a companhia não realizava balancetes mensais, mas sim, trimestrais. Neste caso, o entendimento que mais se aproxima daquele Sumulado pelo STJ é o de que deve se utilizar as informações contidas no balancete que envolver o **mês da integralização** (assim entendido aquele em que se deu o primeiro ou o único pagamento), ainda que ele tenha sido confeccionado depois.

Nesse sentido, a jurisprudência:

(...)

Desta maneira, inexistindo balancete mensal, deve ser adotado o valor patrimonial da ação divulgado no balancete trimestral que envolver o **mês da integralização**, mesmo que ele tenha sido confeccionado depois dela:

(...)

E o que fez, o perito, em verdade, no caso em comento, foi, com base no balancete trimestral (março e junho de 1991) apresentado para o período, projetar os meses intermediários (abril e maio) com base na variação apresentada no trimestre, chegando-se aos valores de abril e maio de 1991, este último, mês da integralização das ações.

Desta forma, não merece reparos, neste ponto, a decisão.

No que tange ao argumento trazido pelo agravante, de que a perícia não teria observado as transformações acionárias ocorridas na empresa ré no período entre a assinatura e a cotação, ocasionando majoração do valor a ser satisfeito a parte autora, ora agravada, verifica-se que a decisão, em sede de liquidação de sentença, dispôs que *"Sobre as transformações acionárias ocorridas na empresa ré no período entre a assinatura e a cotação, correspondentes ao desdobramento acionário efetivado em 23/03/1990, veja-se que a sentença, já transitada em julgado, não proferiu qualquer comando sobre a matéria, não comportando apreciação na presente fase processual, sob pena de ofensa à coisa julgada material"*.

Desta forma, a questão não pode ser dirimida neste momento, pois importaria em patente

violação à coisa julgada, o que não se pode admitir.

Outrossim, a agravante ainda afirma que a correção monetária das ações foi efetuada desde a data da assinatura, não considerando a cotação das ações na data do trânsito em julgado e que a TELEBRÁS deve responder por todas as obrigações de qualquer natureza referentes aos atos praticados por fatos geradores ocorridos até a data da aprovação da cisão parcial. Neste sentido, o perito esclareceu ter baseado seu entendimento no que determinou a própria sentença transitada em julgado, a qual dispôs que *"todos os valores correspondentes aos dividendos, bonificações, e juros sobre o capital próprio, não havidos pela parte autora, deverão ser corrigidos monetariamente, no intuito de recompor a perda do poder aquisitivo da moeda, devendo se dar, desde o momento em que deveriam ter sido subscritas as ações e distribuídos os dividendos, pela média entre o INPC e IGP-M, por ser este o índice que melhor reflete a realidade inflacionária"*.

Ainda, disse o perito:

"Da análise do trânsito em julgado acima, conclui-se que a correção monetária será realizada a partir do momento em que cada valor devido não foi pago, ou seja, desde a contratação e integralização do capital, sendo que parte das ações não foi emitida, observando que o julgado converteu a obrigação da Ré de fazer em perdas e danos, a serem apurados em fase de liquidação de sentença.

Com efeito, o cálculo da diferença das ações a serem complementadas deve ser efetuado na data da integralização do capital, e deve, portanto, haver correção monetária desde aquela época, tal como efetuado na Perícia, e não como defendido pela Ré, somente a partir do trânsito em julgado das decisões - mov. 99.1.

Igualmente, acerca do limite dos rendimentos, esclareceu o perito contábil, utilizando-se dos fundamentos supracitados, bem como no fato de *"o direito dos rendimentos acionários somente cessaria em caso de alienação das ações pelo Autor, o que não restou comprovado pela Ré nos presente autos"*.

Portanto, ainda que o agravante se insurja contra os cálculos realizados pela perícia judicial, verifica-se que tais cálculos foram realizados dentro dos limites daquilo que havia sido disposto na sentença proferida na fase de conhecimento e acórdão que julgou o Recurso de Apelação, tratando-se, portanto, de matérias acobertas pelo manto da coisa julgada, que não são passíveis de reapreciação por esta Corte. (grifos no original.)

Sendo assim, verifica-se que o Tribunal *a quo* manifestou-se explicitamente sobre todas as questões suscitadas pela ora agravante, motivo pelo qual inexistente a alegada omissão.

Diante do exposto, NEGO PROVIMENTO ao agravo.

Publique-se e intimem-se.

Brasília-DF, 26 de novembro de 2019.

Ministro **ANTONIO CARLOS FERREIRA**

Relator